



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

## Sumário

PODER EXECUTIVO.....	1
PUBLICAÇÃO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS.....	1
LICITAÇÕES.....	2
HOMOLOGAÇÃO.....	2
PROCESSO LICITATÓRIO 30/2023.....	2
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2023.....	2
PRORROGAÇÃO DO PROCESSO Nº 62/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 22/2022.....	2
1º TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2023 PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	3
JURÍDICO.....	4
DECRETO Nº.032, DE 10 DE ABRIL DE 2023.....	4
PODER LEGISLATIVO.....	22
EXTRATO DE DISPENSA Nº 01/2023.....	22
EXTRATO DE DISPENSA Nº 02/2023.....	23

### PODER EXECUTIVO

#### PUBLICAÇÃO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

Nos termos do inciso III, do artigo 28, da Lei Municipal nº.1.667, de 27 de fevereiro de 2023, proceda-se a publicação das diárias concedidas no âmbito da Procuradoria-Geral do Município:

a) do nome do servidor: EDMARA ROSA SILVA

b) do cargo/função ocupado: ASSISTENTE DE RH

c) do destino: VARGINHA/MG

d) da atividade a ser desenvolvida: Participação no curso “Atendimento ao Público”, na cidade de Varginha, curso ministrado pela Ambasp em parceria com o Senac.

e) do período de afastamento: 13/04/2023.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

f) do número de diárias fornecidas: 01 (uma) diária sem pernoite.

Santana da Vargem/MG, 10 de abril de 2023.

PAULO CÉSAR DE SOUZA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO  
MASP: 2896

## LICITAÇÕES

## HOMOLOGAÇÃO

### PROCESSO LICITATÓRIO 30/2023

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2023

O Prefeito do Município de Santana da Vargem, Estado de Minas Gerais, após avaliação da proposta oferecida, obedecidos os procedimentos impostos pela Lei nº 10.520/2002 e demais legislações pertinentes e os critérios adotados pela Administração Pública, conforme parecer jurídico anexo, HOMOLOGA o presente objeto Pregão Presencial nº 08/2023, Processo Licitatório nº 30/2023, cujo objeto é Registro de preços para futura e eventual aquisição de flores ornamentais para eventos e homenagens para diversas Secretarias do Município de Santana da Vargem/MG, sendo vencedor o licitante:

JOSÉ EUTACHIO DOS SANTOS 21.401.435/0001-18

Santana da Vargem, 02 de abril de 2023.

José Elias Figueiredo  
Prefeito Municipal

### PRORROGAÇÃO DO PROCESSO Nº 62/2022 INEXIGIBILIDADE Nº 22/2022

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem torna público para conhecimento dos interessados edital de Inexigibilidade nº 22/2022– Processo Licitatório nº 62/2022 **Objeto:** Chamamento Público, para CREDENCIAMENTO de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços de pedreiro, servente de pedreiro, pintor e marceneiro. O Recebimento dos envelopes será a partir do dia **10/04/2023** das 7h00min

Município de Santana da Vargem – Estado de Minas Gerais - [www.santanadavargem.mg.gov.br](http://www.santanadavargem.mg.gov.br)

Diário oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo a autenticidade, validade jurídica e integridade.

Página 2 de 23



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

às 16h00min, na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro – Santana da Vargem/MG. O edital está disponível no site [www.santanadavargem.mg.gov.br](http://www.santanadavargem.mg.gov.br) ou no Departamento de compras e licitações na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro – Santana da Vargem – CEP 37.195-000. Este chamamento público ficará aberto pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de sua publicação. Informações pelos telefones (35) 3858-1200, ou e-mail [licitacao@santanadavargem.mg.gov.br](mailto:licitacao@santanadavargem.mg.gov.br).

Santana da Vargem/MG, 10 de Abril de 2023

José Elias Figueiredo  
Prefeito Municipal

## 1º TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 001/2023 PARA ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DA VARGEM/MG**, entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.245.183/0001-70, com sede na Praça Padre João Maciel Neiva, nº 15, Centro, em Santana da Vargem – MG, neste ato representado por seu prefeito, José Elias Figueiredo RG nº MG– 3.188.390 – SSP/MG, CPF nº 538.513.406-63, RESOLVE unilateralmente acrescentar as dotações orçamentárias do Processo Licitatório Nº 17/2023, Inexigibilidade Nº 12/2023.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

**1.1** Constitui objeto do presente termo o acréscimo da dotação orçamentária para fazer frente dos contratos oriundos do Processo Licitatório Nº 17/2023, Inexigibilidade Nº 12/2023, que versa sobre o “Chamamento público para CREDENCIAMENTO de laboratórios para prestação de serviços e exames de diagnóstico em laboratório clínico e exames de diagnóstico por anatomia patológica e citopatológica, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (Tabela SUS)”

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

**2.1** O presente termo de apostilamento altera na íntegra o processo licitatório e seus anexos, para fazer face a alteração para correção da dotação orçamentária, conforme dispõe o Art. 65, parágrafo 8º da Lei Federal, nº 8.666 de 21 de Junho de 1993:

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)*

*§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor*



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

*corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.*

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1 Em virtude do acréscimo da dotação orçamentária, acompanhado da dotação já existente no processo, as demais despesas constantes serão:

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 02.071.10.301.1003.2230.3.3.90.39.00.00.00.00

**ELEMENTO DA DESPESA:** 3.3.90.39.00.00.00.00

**FICHA FINANCEIRA:** 461

**FONTE:** 2.621.000.0000.000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO:

4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato original, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Santana da Vargem, 31 de Março de 2023.

\_\_\_\_\_  
José Elias Figueiredo

Prefeito de Santana da Vargem/MG

## JURÍDICO

### DECRETO Nº.032, DE 10 DE ABRIL DE 2023.

**“Altera o Decreto Municipal nº047, de 27 de outubro de 2022, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Municipal nº.632, de 30 de setembro de 2022 e dá outras providências”.**

O Prefeito Municipal de Santana da Vargem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei e em especial o art. 79, I, a, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA

Art.1º – O decreto nº047, de 27 de outubro de 2022 passa a vigorar com as seguintes alterações:



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

## TÍTULO I DO CEMITÉRIO CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

“Art.1º. O funcionamento, a utilização, a administração e a fiscalização do cemitério Municipal de Santana da Vargem, entendido como serviço público de interesse local, reger-se-á pelo disposto neste Decreto, observadas, ainda, a Lei Municipal nº.632, de 30 de setembro de 1997, as Resoluções nº 335/2003 e 368/2006 do CONAMA e demais normas específicas aplicáveis à matéria.

Art.2º. O Município incumbir-se-á de:

I - tomar medidas tendentes ao melhoramento dos serviços funerários e da administração do cemitério municipal;

II - administrar o cemitério municipal e fixar as taxas dos serviços nele prestado.

Art.3º. É permitido aos adeptos de todas as religiões e princípios filosóficos a prática de suas respectivas cerimônias e atos fúnebres no âmbito do cemitério público municipal, desde que observadas as posturas inerentes à manutenção da ordem, saúde e segurança pública.

### Seção I Dos Cemitérios

Art.4º. O cemitério constituir-se-á em parque de utilidade pública, reservado e respeitável, para cujo fim, as respectivas áreas serão arruadas, arborizadas e ajardinadas e sua respectiva administração estará aberta diariamente ao público de segunda a sexta-feira, no período das 07h00min às 16h00min e aos sábados e domingos em sistema de plantão.

§1º. Os sepultamentos poderão ser realizados somente até as 20h00min, salvo quando houver requisição, por escrito, da autoridade judiciária e/ou policial, ou quando a autoridade médico-sanitária atestar que:

I – a *causa mortis* foi determinada por moléstia de caráter contagioso ou epidêmico;



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

II – o cadáver apresentar sinais inequívocos de decomposição.

§2º. Durante o período referido no “*caput*” do presente artigo, serão atendidos os traslados, inumações e exumações, bem como os assuntos concernentes à concessão de jazigos e congêneres.

§3º. Para o atendimento dos casos excepcionais, deverá a administração do cemitério disponibilizar, em local de fácil visualização, o nome, endereço e número de telefone do plantonista escalado.

Art.5º. No cemitério, os serviços de construção, conservação e limpeza dos jazigos e similares serão realizados por pessoas devidamente credenciadas pelo Município.

Art. 6º. Caberá a administração do cemitério municipal:

I - manter um registro geral com numeração e mapeamento de todas as sepulturas e jazigos existentes;

II - manter livro geral para registro de sepultamento (físico ou eletrônico), contendo as seguintes anotações:

- a) número da quadra;
- b) número da sepultura;
- c) número da gaveta;
- d) nome do sepultado;
- e) data de nascimento;



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

f) data do falecimento.

III - livro para registro de sepulturas (físico ou eletrônico), contendo as seguintes anotações:

a) número do Título de Propriedade (concessão);

b) cópia do Título de Propriedade;

c) número do Documento de Arrecadação Municipal.

IV - livro para registro (físico ou eletrônico) de depósito de ossos no ossuário, contendo colunas para as seguintes anotações:

a) número de ordem do registro no livro geral;

b) nome, sexo, data de nascimento e data de falecimento;

c) data do sepultamento;

d) data da exumação;

e) número da sepultura anterior.

Art.7º. O cemitério municipal não terá distinção do sepultamento de adulto ou criança, salvo o do recém-nascido com o de sua mãe, se for caso.

Parágrafo único. É de 07 (sete) anos, para adulto, e de cinco anos, para infante, o prazo mínimo entre dois sepultamentos, na mesma sepultura.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Art.8º. No cemitério público municipal somente poderão ser sepultadas as pessoas que, na data do falecimento, estiverem, comprovadamente, residindo na circunscrição do Município de Santana da Vargem.

## Seção II

### Das Sepulturas

Art.9º. Para efeito do presente Decreto, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - sepultura: cavidade com dimensões internas de, no mínimo: 2,30m (dois metros e trinta centímetros) de comprimento, por 0,90m (noventa centímetros) de largura, e 0,60m (sessenta centímetros) de altura, destinada a depositar caixão para adultos.

II - gaveta: cavidade com paredes laterais revestidas de tijolos ou material similar, tendo internamente as dimensões das sepulturas, e externamente o máximo de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros) de comprimento e 1,20m (um metro e vinte centímetros) de largura, para o caso de adultos.

III - ossuário: depósito de ossos requeridos pelos familiares e provenientes de sepulturas temporárias e gavetas, bem como de restos decorrentes do processo crematório;

IV - lápide: pequena laje em granito, padronizada, tamanho 0,60 x 0,40m, colocada sobre as sepulturas, onde serão afixadas as placas de identificação dos sepultados.

## Seção III

### Das Concessões e das Transferências

Art.10. As sepulturas dos cemitérios públicos municipais constituem bens públicos de uso especial, não sendo permitida a sua alienação, sob qualquer hipótese, permitindo-se seu uso somente sob a forma de concessão de uso de bem público, na forma deste Decreto.

Art.11. A concessão de uso de sepultura poderá ser a título provisório ou perpétuo.

Art. 12. Para os fins previstos no Art. 11, considera-se:





# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

I - concessão provisória: aquela firmada pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, quando não houver interesse da família ou responsável na aquisição da concessão a título perpétuo;

II - concessão perpétua: aquela firmada por prazo indeterminado.

§1º. Encerrando o prazo inicial da concessão temporária de uso sobre a sepultura, a Administração Pública intimará o concessionário, através de notificação no endereço informado ou, não logrando êxito, por edital, para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, manifeste seu interesse em adquirir a concessão.

§2º. Não havendo o interesse pela manutenção da concessão, as sepulturas ou carneiros serão abertos, observado o prazo estipulado no art.28, e os restos mortais existentes removidos para o ossuário, devidamente identificados.

§3º. O interessado pela concessão perpétua, deverá pagar o valor estipulado no anexo I deste Decreto para sua efetiva concessão, podendo ser parcelado em até 10 vezes mensais, mediante solicitação no setor de tributos do poder executivo municipal e encaminhado a administração do cemitério, com o pagamento da primeira parcela

§4º. Na hipótese do concessionário se tornar inadimplente com as parcelas vincendas, poderá a administração pública municipal retomar a concessão perpétua, convertendo-a em provisória, mediante processo administrativo.

Art.13. Os munitípes indigentes serão colocados em sepulturas gratuitas pelo prazo de 5 (cinco) anos, não se admitindo prorrogação ou perpetuação da concessão.

Art.14. Os terrenos concedidos no cemitério terá única e exclusivamente o destino para o qual foram concedidos, não podendo expressamente ser objetos de comercialização, sob pena de responsabilidade dos concessionários, sendo que a Administração Municipal indeferirá as solicitações de transferências das concessões, quando constatada qualquer atividade comercial da mesma.

Art.15. É vedada a transferência da concessão de uso perpétuo de sepultura no cemitério público municipal, por ato entre vivos, excetuados os seguintes casos:



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

I - quando houver falecimento do concessionário e a transferência se der aos sucessores “*causa mortis*”, conforme ordem de vocação hereditária, em concorrência com o cônjuge ou convivente sobrevivente;

II - quando houver ato de doação do concessionário para seus familiares;

III - quando houver consenso em partilha decorrente de divórcio para seus familiares e, se casado for, aos familiares de seu cônjuge, inclusive àqueles que detiverem parentesco por afinidade.

Parágrafo Único - Nos casos permitidos neste artigo, o transferente poderá autorizar a remoção dos restos mortais para o ossuário coletivo, desde que efetue o pagamento das taxas devidas.

Art.16. As transferências resultantes do direito de sucessão legítima ou testamentária far-se-ão em conformidade com a legislação civil, cabendo aos interessados à iniciativa de solicitar as alterações cadastrais e a averbação da transferência no título já existente.

Art.17. Quando o concessionário falecer sem deixar herdeiros ou legatários de qualquer espécies cadastradas no termo original de concessão de uso perpétuo de sepultura, a Administração Municipal publicará edital de notificação com o prazo de 60 (sessenta) dias, em órgão de imprensa oficial do Município, convocando eventuais familiares e interessados a providenciarem a averbação prevista no artigo anterior deste Decreto, sob pena de a concessão ser considerada extinta e revertida ao Poder Público Municipal.

Art.18. A Administração poderá, revogar a concessão de uso da sepultura, desde que baseada em processo administrativo, garantindo a ampla defesa e contraditório nos casos em que o concessionário descumprir o disposto no artigo 9º.

Parágrafo único. No caso de revogação da concessão da sepultura, a Administração Pública concederá prazo de 90 (noventa) dias para a transladação dos restos mortais para outro local, sob pena de remoção para o ossuário.

Art.19. O concessionário de sepultura, assim como seu representante, é obrigado a custear as obras que, a critério do Município, forem necessárias para assegurar a estética, a segurança, a salubridade e a higiene pública do espaço cedido, devendo efetuar o pagamento das taxas correspondentes.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

§1º. O concessionário que descumprir o disposto no “caput” deste artigo sujeita-se às sanções previstas neste Decreto, na forma do art.21 podendo culminar, inclusive, na retomada da concessão pelo poder público municipal.

§2º. É permitida a construção de carneiros, criptas no cemitério público municipal.

Art.20. A concessão de uso de sepultura e sua eventual transferência somente serão permitidas para pessoas que comprovadamente estejam residindo no Município, observadas as demais disposições legais e regulamentares.

## Seção IV

### Do Estado de Abandono

Art.21. Descumpridas, pelos concessionários, as obrigações estipuladas neste Decreto, as sepulturas passarão a ser considerados em estado de abandono.

§1º. Consideradas as sepulturas em estado de abandono, seus concessionários serão convocados para adotarem as providências cabíveis no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

I - as convocações de que trata o § 1º deste artigo serão realizadas, preferencialmente, por intermédio de correspondência com aviso de recebimento;

II - frustrada esta primeira modalidade, proceder-se-á a convocação do cessionário por edital, que será publicado no diário oficial do Município.

§2º. Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, permanecendo as irregularidades apuradas, será instaurado processo administrativo para aplicação das penalidades, assegurando-se aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa.

§3º. Na hipótese de nenhum interessado comparecer para apresentar suas razões nos autos do processo administrativo instaurado, observadas as disposições dos incisos I e II do § 1º deste artigo, o processo administrativo prosseguirá à revelia do concessionário.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

§4º. Decorrido o prazo de 2 (dois) anos do encerramento do processo administrativo de que trata o § 2º, deste artigo, as sepulturas consideradas em estado de abandono serão desocupadas e os respectivos carneiros demolidos, procedendo-se à exumação e remoção dos restos mortais ao ossuário, ressalvados os casos em que ainda não tiver decorrido o prazo de que trata o art. 26 deste Decreto.

§5º. Após a desocupação das sepulturas, na forma do § 4º deste artigo, a Administração Pública Municipal procederá à retomada da concessão.

## Seção V

### Dos Sepultamentos

Art.22. Os sepultamentos serão feitos exclusivamente em terrenos destinados às sepulturas, cujo uso foi concedido pela Administração Municipal, após o pagamento das taxas vigentes e dentro do horário previsto no art. 4º do presente Decreto.

Art.23. Nenhum cadáver poderá permanecer insepulto se o óbito tiver ocorrido há mais de 24 (vinte e quatro) horas, salvo nos casos em que o corpo estiver embalsamado, em processo de formalização, em decorrência de determinação judicial ou policial competente, ou por ordem da Secretaria de Saúde do Estado.

Art.24. O sepultamento ocorrerá preferencialmente com a apresentação da Certidão de Óbito fornecida pelo Oficial do Registro Civil.

Parágrafo único. Na impossibilidade de o registro de óbito ser realizado antes do sepultamento, nos termos do art. 78 da Lei Federal nº 6.015/73, este será feito mediante a apresentação da Declaração de Óbito devidamente assinada, ficando o familiar obrigado a apresentá-la à Administração do cemitério, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do óbito.

Art.25. São vedados os sepultamentos sem caixão, salvo nas hipóteses de epidemias, lutas armadas ou catástrofe de qualquer natureza, casos em que, se absolutamente necessário, far-se-á uso do ossuário.

## Seção VI

### Das Exumações



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Art.26. Nenhuma exumação será feita antes de decorridos 05 (cinco) anos de inumação, salvo nas hipóteses em que for requisitada, por escrito, pela autoridade judiciária e/ou policial.

Art.27. No caso da exumação definitiva, as sepulturas poderão ser reutilizadas.

## Seção VII

### Das Inumações

Art.28. As inumações não poderão ser feitas antes de decorridas 6 (seis) horas do óbito, salvo quando houver requisição, por escrito, da autoridade judiciária e/ou policial ou quando a autoridade médica sanitária atestar que:

I - a *causa mortis* foi determinada por moléstia de caráter contagioso ou epidêmico;

II - o cadáver apresentar sinais inequívocos de decomposição.

## Seção VIII

### Das Transladações

Art.29. As transladações dos despojos de um para outro sepulcro dependerá de requerimento à Administração do cemitério, documento que será acompanhado da certidão de óbito do “*de cujus*”, da comprovação da disponibilidade do local para onde será feito o traslado e do pagamento da taxa correspondente.

## Seção IX

### Do Funcionamento e Administração dos Cemitérios Públicos Municipais

Art.30. O horário de atendimento ao público, inclusive para efetivação dos sepultamentos, observará o disposto no art. 4º deste Decreto.

Art.31. O cemitério municipal contará com, no mínimo, um administrador, a quem caberá a execução das seguintes tarefas:



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

I - exigir e arquivar os atestados de óbitos;

II - registrar as transladações e exumações, bem como os sepultamentos, dos quais constarão nome, idade, sexo, causa da morte, dia e hora do falecimento e o número do jazigo em que o corpo será sepultado;

III - determinar a abertura e fechamento das sepulturas;

IV - controlar as concessões, cientificando os responsáveis acerca do vencimento ou revogação de seus direitos, na forma do §1º do artigo 12 deste Decreto, respectivamente;

V - providenciar a limpeza dos passeios, capina da vegetação, execução da jardinagem e retirada dos resíduos de coroas e flores secas;

VI - intimar os responsáveis pelos sepulcros a realizarem as obras necessárias, tanto à manutenção da estética, quanto a evitar a ruína de construções e sepulturas;

VII - numerar as quadras e os locais destinados às sepulturas;

VIII - zelar pelas posturas estabelecidas e autuar os infratores;

IX - executar as tarefas correlatas que se fizerem necessárias.

Art.32. No cemitério municipal é proibido:

I - riscar ou pichar os monumentos ou lápides tumulares;

II - arrancar plantas e flores que ornamentem as sepulturas e jardins do cemitério;

III - praticar atos de depredação de qualquer espécie nos túmulos ou dependências do cemitério;



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

IV - fazer depósito de qualquer espécie de material, funerário ou não;

V - pregar cartazes ou fazer anúncios nos muros e portões do cemitério;

VI - efetuar atos públicos que não sejam de culto religioso ou cívico;

VII - fazer instalações para venda de quaisquer objetos, exceto os regularmente autorizados;

VIII - fazer trabalhos de construção ou de plantação aos domingos e feriados, salvo com licença especial do Município;

IX - danificar, depredar ou sujar as sepulturas;

X- gravar inscrições ou colocar epitáfios sem o visto da Administração;

XI - jogar lixo em qualquer parte do recinto, salvo nas lixeiras destinadas para essa finalidade.

Parágrafo único. A responsabilidade do infrator será apurada através de processo administrativo interno.

## CAPÍTULO II

### Seção I

#### Das Taxas

Art. 33. As taxas e os valores devidos pelos serviços e obras executadas nos cemitérios municipais serão fixados nos termos da Tabela constante no Anexo I deste Decreto serão atualizadas anualmente através da aplicação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

Art.34. Os titulares do direito de concessão de uso de sepulturas, a título provisório ou perpétuo, ficarão obrigados ao recolhimento, aos cofres do Município, da taxa anual, para conservação e manutenção dos jazigos e das áreas comuns do Cemitério.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Parágrafo único. Na hipótese de o titular ser hipossuficiente, na forma do art.67 deste Decreto, ficará isento do recolhimento das taxas aludidas neste artigo.

Art.35. Os cadáveres de munícipes considerados indigentes, de pessoas não reclamadas ou remetidos por autoridades policiais, serão sepultados gratuitamente em locais específicos do cemitério.

Parágrafo único. Poderão, também, na forma deste artigo, serem sepultados, gratuitamente, os cadáveres de pessoas reconhecidamente pobres, nos termos do art.67 deste Decreto.

Art.36. O inadimplemento das taxas relativas à concessão de uso de sepulturas constitui causa de extinção dos respectivos direitos.

Art.37. Deverá ficar exposta, em lugar amplamente visível, à entrada principal do prédio da administração do respectivo cemitério, a tabela de preços públicos e taxas vigentes que devam ser cobradas para os diversos serviços funerários.

Art.38. O sujeito passivo tributário terá direito à restituição, total ou parcial, do valor da taxa paga indevidamente, na forma estabelecida pelo Poder Executivo Municipal.

## Sub-Seção I

### Da Taxa de Manutenção e Conservação dos Jazigos e Áreas Comuns do Cemitério

Art.39. A taxa de Manutenção e Conservação dos Jazigos e Áreas Comuns do Cemitério (TCJAC), tem como fato gerador a prestação, efetiva ou potencial de serviço público de conservação de jazigos e áreas comuns do Cemitério Público Municipal.

Art.40. Considera-se ocorrido o fato gerador da (TCJAC) a efetiva prestação de serviço público de conservação dos jazigos e áreas comuns do Cemitério Público Municipal.

Art.41. É contribuinte ou sujeito passivo da taxa, a pessoa natural que possua cadastro de concessão perpétua ou provisória, no Cemitério Público Municipal.





# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Art.42. A taxa, cujo o valor está previsto no anexo I deste Decreto, deverá ser recolhida nos prazos e formas definidas pelo Poder Executivo Municipal, mediante decreto, salvo nas hipóteses de isenção prevista no art. 67 deste Decreto.

Art.43. A receita prevista para (TCJAC) será destinada exclusivamente para as despesas de manutenção e conservação dos jazigos e áreas comuns do cemitério público Municipal.

Art. 44 – A TCJAC (Taxa de Manutenção e Conservação dos Jazigos e áreas comuns do Cemitério) será cobrada em uma única guia de recolhimento, em nome do responsável tributário da família, nos casos de concessão provisória e perpétua.

§1º O responsável tributário terá prazo de até 90 (noventa) dias da publicação deste decreto para fazer o cadastramento das sepulturas no setor de administração do cemitério, localizado à Rua Domingos Vieira de Lima, nº1.215.

§2º O responsável tributário que fizer o cadastramento no prazo estipulado neste decreto terá direito a concessão perpétua das sepulturas da família, desde que comprove o parentesco até o terceiro grau com a pessoa sepultada.

§3º Na hipótese de falecimento do responsável tributário, a responsabilidade para ser transferida a outro membro da família, até terceiro grau de parentesco que solicitar o cadastramento.

§4º. Findado o prazo de cadastramento, o responsável tributário terá o período de concessão provisória para regularizar a situação sob pena de ser considerado abandono.

§5º. O responsável que cadastrar a sepultura dentro do prazo de 05 anos estipulado no parágrafo anterior, deverá quitar o valor da TCJAC dos anos anteriores não pagos.

Art.45- A TCJAC será enviada a cada responsável tributário uma vez por ano, via correspondência postal com aviso de recebimento e vencimento estipulado por ato do poder executivo municipal.

Art.46- A família que optar por manter mais de um túmulo no cemitério, será devido o pagamento de mais de uma TCJAC equivalente ao número de túmulos.

Parágrafo único – A família que optar por manter um único túmulo no cemitério público Municipal não precisará pagar a taxa de exumação para a transferência dos ossos.

Art.47 – A TCJAC será exigida no início do exercício financeiro de 2024.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

## Subseção II

### Taxa de Regularização e Averbação de Sepulturas

Art.48. A taxa de regularização de sepulturas (TRAS), tem como fato gerador a efetiva prestação de serviço público de regularização de sepulturas, destinados a inscrição ou transferência da concessão perpétua ou provisória de sepulturas no Cemitério Público Municipal.

Art.49. Considera-se ocorrido o fato gerador da (TRAS), a efetiva inscrição ou transferência da concessão perpétua ou provisória de sepulturas no Cemitério Público Municipal.

Art.50. O recolhimento da taxa prevista no anexo I deste Decreto, será de responsabilidade do sujeito passivo, nos prazos definidos pelo órgão competente para sua cobrança e na forma estabelecida pela Secretaria da Fazenda, mediante decreto do Poder Executivo Municipal, ressalvado as hipóteses de isenção elencadas no artigo 67 e seguintes deste Decreto.

Art.51. São sujeitos passivos da (TRAS), as pessoas naturais que requeiram a taxa de regularização e averbação de sepulturas no cemitério Público Municipal.

Art.52. A receita prevista para a (TRAS), será destinada exclusivamente para despesas relativas ao arquivamento e conservação dos documentos relativos a administração do cemitério público municipal.

Art.53. A (TRAS), será recolhida mediante solicitação do responsável tributário e será emitida pela administração do cemitério público municipal.

Art.54. A regularização de sepultura só será feita após a comprovação de pagamento da TRAS.

## Subseção III

### Taxa de Sepultamento

Art.55. A taxa de sepultamento (TSO), tem como fato gerador a efetiva prestação de serviço público de sepultamento do indivíduo no Cemitério Público Municipal.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Art.56. O recolhimento da (TSO) será de responsabilidade do sujeito passivo, deverá ser efetuado conjuntamente com o requerimento de inumação, salvo nos casos de isenções previstos no art. 67 deste Decreto.

Art.57. São sujeitos passivos da (TSO) as pessoas físicas que assumam a responsabilidade pela quitação da taxa e se torne responsável pelo sepultamento no cemitério público Municipal.

Art.58. A receita prevista na (TSO) será destinada exclusivamente as despesas relativas a construção de sepulturas, nos materiais e prestação de serviço necessária para execução do serviço.

Art.59. A TSO (Taxa de Sepultamento) será recolhida mediante solicitação do responsável tributário e será emitida pela administração do cemitério com o requerimento de sepultamento.

Art.60. O sepultamento será realizado após a emissão da guia de recolhimento com prazo de vencimento de até 30 dias.

Parágrafo único. O não pagamento da TSO ensejará ao responsável tributário a inclusão do seu CPF na dívida ativa do Município.

## **Subseção IV Taxa de Exumação**

Art.61. A taxa de exumação (TEO), tem como fato gerador a efetiva prestação de serviço público de exumação de corpos inumados no cemitério Público Municipal.

Art.62. O recolhimento da (TEO) será de responsabilidade do sujeito passivo, deverá ser efetuado conjuntamente ao requerimento de exumação de corpos, para efetiva prestação de serviço público, salvo nos casos de isenção previsto no artigo 67 desse Decreto.

Parágrafo único. Não incide a (TEO) se a exumação do corpo ocorrer mediante ordem expedida pela autoridade judiciária.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Art.63. São sujeitos passivos da (TEO) as pessoas físicas, responsáveis pelos cadastros provisórios ou perpétuos do cemitério público municipal, que requerem o serviço de exumação, nos termos previstos no artigo 26 deste Decreto.

Art.64. A receita prevista na (TEO) será destinada exclusivamente as despesas relativas a prestação de serviços de exumação dos corpos, na aquisição de materiais e na respectiva prestação de serviço.

Art.65 - A TEO (Taxa de Exumação) será recolhida mediante solicitação do responsável tributário e será emitida com requerimento de exumação de corpos.

Parágrafo único. A exumação só irá ocorrer após a comprovação do pagamento da taxa e requerimento preenchido e entregue à Administração do Cemitério Público Municipal.

## Seção II

### Das Isenções

Art.66. Fica o Poder Executivo autorizado a isentar da cobrança das taxas previstas nesse Decreto os munícipes comprovadamente carentes.

Parágrafo único. Compreender-se-á no estado de hipossuficiência referido pelo “caput” do presente artigo as famílias que residam no município cuja renda por pessoa seja de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo nacional ou que sejam beneficiários de algum programa social da União, Estado ou Município.

Art.67. O interessado ou seu representante legal protocolará, junto ao setor responsável, Requerimento de Isenção na secretaria Municipal de Ação Social, que providenciará documentos complementares necessários para averiguação da hipossuficiência do beneficiário.

Art.68. O requerimento de que trata o art. 58 deste Decreto será analisado pelo responsável do setor de Tributos e Arrecadação da Prefeitura Municipal de Santana da Vargem.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS AOS CEMITÉRIOS



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Art.69. Fica estabelecida a seguinte denominação do cemitério público Municipal:

I - cemitério “Santa Ana”;

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.70. O cemitério público municipal terá caráter secular e poderá ser administrado pela Prefeitura, por autarquia municipal ou entregues a iniciativa privada, mediante concessão.

I - a concessão para a exploração do cemitério público municipal será precedida de concorrência pública.

II - o termo de concessão deverá prever obrigatoriamente o dever do concessionário de realizar a manutenção das áreas do cemitério onde as sepulturas já estejam em uso quando do início da concessão.

Parágrafo único. Caso o cemitério público municipal seja explorado mediante concessão deverá o concessionário se adequar às exigências técnicas deste Decreto, bem como autoriza a conversão das taxas previstas neste Decreto em tarifas.

Art.71. Ficam garantidas as perpetuidades das concessões outorgadas até a data da publicação deste Decreto, sem prejuízo da incidência das taxas pertinentes.

Art.72. Fica autorizada a abertura de Contas Correntes específicas para receber os valores depositados a qualquer título, com referência a manutenção e/ou obras de que trata o presente Decreto.

Art.73. Os que infringirem as regras estatuídas no presente Decreto, sujeitar-se-ão a multa pecuniária arbitrada mediante processo administrativo de R\$50,00 (cinquenta reais) até R\$5.000,00 (cinco mil reais), valor a ser atualizado anualmente pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, conforme repercussão na esfera jurídica de terceiros, violação a interesse público e natureza pecuniária da infração.



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Art.74. Caso ocorram despesas na aplicação do presente Decreto, serão essas consignadas nas dotações do orçamento vigente.

Art.75. Nas hipóteses em que a administração pública Municipal necessitar da prestação de serviços previstos neste Decreto, não incidirá a ela as taxas previstas neste Decreto.

Art.76. Este Decreto entra em vigor 90 (noventa) dias depois da data de sua publicação e produzirá os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.”

Art.2º Este Decreto passa a vigorar em 10 de abril de 2023.

Santana da Vargem, 10 de Abril de 2023.

JOSÉ ELIAS FIGUEIREDO  
PREFEITO MUNICIPAL

## ANEXO I

Taxa de Sepultamento	R\$ 200,00
Taxa de Exumação	R\$ 200,00
Taxa de Manutenção e Conservação de Jazigos e das áreas Comuns do Cemitério	R\$ 100,00
Concessão de Perpetuidade	R\$ 2.000,00

## PODER LEGISLATIVO

### EXTRATO DE DISPENSA Nº 01/2023

Extrato do PROCESSO nº. 08/2023 – DISPENSA nº.01/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de eletricista;

Contratado: MARCIO JUSTINO DA SILVA 06826796660, CNPJ: 17.693.479/0001-91;

Valor: R\$ 4.535,50 (quatro mil quinhentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos);

Ficha Orçamentária: 17

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00

Base Legal: Art. 24, inciso I da Lei 8666/93



# Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Santana da Vargem

Lei Municipal Nº 1387

Edição: 951 segunda-feira, 10 de abril de 2023

Santana da Vargem, 04 de abril de 2023.

Carlos Cezar Ribeiro

Presidente

## EXTRATO DE DISPENSA Nº 02/2023

Extrato do PROCESSO nº. 10/2023 – DISPENSA nº.02/2023

Objeto: Aquisição de combustível, gasolina comum e etanol;

Contratado: AUTO POSTO TEOMARA MAISE CORREIA, CNPJ: 42.978.692/0001-97;

Valor: R\$ 3.491,00 (três mil, quatrocentos e noventa e um reais);

Ficha Orçamentária: 14

Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.00

Base Legal: Art. 24, inciso I da Lei 8666/93

Santana da Vargem, 10 de abril de 2023.

Carlos Cezar Ribeiro

Presidente

**JOSÉ ELIAS FIGUEIREDO**  
Prefeito Municipal

**Conteudista Licitações Poder Executivo:** Roberta Grazielle Barbosa

**Conteudista Jurídico:** Rodrigo Teodoro da Silva

**Responsável pela diagramação e publicação no site:** Roberta Grazielle Barbosa

Município de Santana da Vargem – Estado de Minas Gerais - [www.santanadavargem.mg.gov.br](http://www.santanadavargem.mg.gov.br)

Diário oficial assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 2001, garantindo a autenticidade, validade jurídica e integridade.

Página 23 de 23